



MULHERES DE ELITE EM ESPAÇOS PÚBLICOS DE SÃO MATEUS DO SUL - PR (1911-1932)

*Alexandra Lourenço*¹

Hilda Jocele Digner Dalcomuni^{*1}

Resumo

Este artigo discorre sobre a presença de mulheres nos espaços públicos em São Mateus do Sul, no estado do Paraná. A partir do registro de 77 nomes de mulheres presentes em oito Atas das sessões da Câmara Municipal, entre os anos de 1911 e 1932, foi possível problematizar qual era o lugar do feminino na composição da sociedade são-mateuense do início do século XX. E, a partir da história de uma dessas mulheres de elite, buscamos compreender, ainda que parcialmente, um pouco da história das mulheres do município e sua presença nos espaços públicos. As fontes utilizadas foram as Atas, documentos impressos disponíveis na Casa da Memória Padre Bauer em São Mateus do Sul e a fonte oral. Teoricamente essa pesquisa foi orientada pela literatura da História das Mulheres e dos Estudos de Gênero.

Palavras-chave

Gênero;
Mulheres de elite;
Espaços públicos,
Câmara Municipal,
São Mateus do Sul..

ELITE WOMEN IN PUBLIC SPACES IN SÃO MATEUS DO SUL - PR (1911-1932)

Abstract

This article discusses the presence of women in public spaces in São Mateus do Sul, in the state of Paraná. From the registration of 77 names of women present in eight Minutes of the sessions of the City Council, between the years 1911 and 1932, it was possible to problematize what was the place of the feminine in the composition of the society of São Mateu in the beginning of the 20th century. And, from the story of one of these elite women, we seek to understand, albeit partially, a little of the history of women in the municipality and their presence in public spaces. The sources used were the Minutes, printed documents available at the Casa da Memória in São Mateus and the oral source. Theoretically, this research was guided by the literature of Women's History and Gender Studies.

Keywords

Gender;
Elite women,
Public spaces,
City hall,
São Mateus do Sul.

¹ Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília; doutora em Ciência Política pela Universidade Nova de Lisboa (2012). E-mail: alexandra@unicentro.br.

^{*1} Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Estadual do Centro-Oeste/Unicentro. E-mail: cmpadrebauer@gmail.com

Apresentação

Em São Mateus do Sul², município brasileiro do estado do Paraná, ocorreu no ano de 2020, as eleições municipais com o fato inédito da eleição da primeira mulher a ocupar o cargo de prefeita, na história do município. Fernanda Garcia Sardanha, assumiu o cargo em 01 de janeiro de 2021. Foi vereadora na legislação anterior e, assim, representa como figura feminina, a conquista de tantas lutas políticas e sociais, já percorridas por mulheres que buscavam igualdade nos direitos e na ocupação de espaços públicos.

Nesse sentido, compreendemos que os direitos atuais das mulheres na arena pública resultam de um processo histórico de luta e de conquistas “de fato, a política é um espaço fortemente marcado pela desigualdade de gênero que conduz a sub-representação das mulheres nos cargos eletivos” (LOURENÇO, 2022, p. 41). Pois, sendo impactado pelas relações de poder generificadas, o caminho das mulheres para ocupar os espaços públicos, eletivos ou não, encontrou muita resistência na sociedade brasileira.

Desde o direito ao voto em 1932, as mulheres brasileiras tiveram pouco sucesso na efetiva representação na política eletiva. Até 1934, esse direito era acompanhado de diversas restrições que seriam eliminadas somente em 1965. Assim como a não obrigatoriedade do voto para as mulheres continuou como um diferencial excludente. (LOURENÇO, 2022, p. 41-42)

A trajetória da luta pelo direito ao voto das mulheres no Brasil se traduz em um forte indicativo de como a esfera da política tem sido fortemente impactada pela interferência do status e das representações associadas ao gênero. Afinal, gênero é uma categoria que remete às formas simbólicas, mas é também um elemento da organização de relações de poder em instituições sociais (SCOTT, 1995). Então, quando encontramos os nomes de 77 mulheres nas Atas das sessões da Câmara Municipal de São Mateus do Sul do início do século XX, sentimo-nos desafiadas a compreender um pouco sobre a vida dessas mulheres, ou mais precisamente, sobre qual era o lugar do feminino nos espaços públicos desse município no início do século XX. No percurso da pesquisa, foi possível conhecer com mais profundidade a história de quatro dessas mulheres e, neste artigo, trataremos um rápido panorama sobre quem eram essas mulheres e nos aprofundaremos na história de uma delas, a história de Aline.

História das Mulheres e estudos de gênero

O movimento do feminismo e suas conquistas foram significativos e contribuíram para a produção de estudos nesse campo do saber envolvendo a História das Mulheres e os Estudos de Gênero. Conforme Pedro (2013), as etapas do feminismo, também chamadas de “ondas”, tiveram características próprias de acordo com o período em que se manifestaram. Assim, de modo geral, sem entrar

² São Mateus do Sul, localiza-se a 152,57 km distante da sede até a capital, Curitiba. Consulta em 10/07/2023. <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83900>

nas especificações de cada momento, primeiramente as mulheres reivindicavam direitos políticos, sociais e econômicos (fim do século XIX, início do século XX); em seguida, reivindicavam direito ao corpo, ao prazer, era uma luta contra o patriarcado (a partir da metade dos anos 1960). Depois, nos anos 70 e 80 o movimento absorve a preocupação com as pluralidades de identidades de mulheres que compunham uma agenda de lutas mais diversificada. De fato, podemos compreender que após os anos 70, temos configurado um cenário cada vez mais amplo de feminismos e não de um movimento uno e uniforme. Portanto, historicamente, o feminismo dialoga com a categoria “mulheres” nos anos 90 e com as relações de gênero (PEDRO, 2013).

O período investigado em nossa pesquisa, está relacionado com o contexto do feminismo de primeira onda, pois, entre outras reivindicações, aborda as mudanças e lutas pelos direitos políticos que aconteceram nas primeiras décadas do século XX. Nestas primeiras décadas, começam a aparecer com mais intensidade vozes femininas que sinalizaram mudanças efetivas no que diz respeito às mulheres e suas reivindicações como o ato de votar e de ser eleita, nos direitos sociais e econômicos, no direito ao trabalho remunerado, ao estudo, à propriedade, à herança. Nesse cenário, é que chega ao país Bertha Lutz, em 1918, que foi uma das principais lideranças feminista pela emancipação feminina no Brasil.

E é nesse ambiente que Bertha Lutz e um pequeno grupo de companheiras farão a sua campanha que assume caráter hegemônico naquele momento. Organizam-se em associações, fazem pronunciamentos públicos, utilizando-se fartamente da imprensa, buscam o apoio de lideranças nos diversos campos, constituindo grupos de pressão visando garantir apoio de parlamentares e de outras autoridades, da imprensa, da opinião pública. Apesar disso, em sua maioria, buscam revestir o seu discurso de um tom moderado. (SOIHET, 2000, p. 100)

O tom moderado que elas usavam nos discursos era apenas uma tática. Suas contribuições foram a luta pelo sufrágio feminino e a Educação feminina, considerada essencial. Bertha reuniu mulheres e organizou associações, fez pronunciamentos públicos e procurou impressionar parlamentares do seu círculo social e a opinião pública. Fundou a Legião da Mulher Brasileira em 1920. Fundou junto com Maria Lacerda de Moura a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher (SOIHET, 2013). Todas estas ações contribuíram para a efetivação do sufrágio feminino, tornaram-se lutas para a conquista do espaço público com seu direito de cidadania. Mesmo com certas limitações, esse feminismo de primeira onda conseguiu resultados positivos, pois “as militantes dos movimentos de mulheres, de até meados do século XX, lutaram por aquilo que, acreditavam, tornaria a situação das mulheres menos desigual em relação à dos homens e, com isso, conseguiram reduzir parte do fosso que as distanciava da cidadania plena.” (SOIHET, 2013, p. 113). Esta situação era parte do contexto histórico nacional das lutas pela emancipação feminina.

Ainda segundo Raquel Soihet (2013), no final do século XIX, uma mudança no comportamento de algumas mulheres, deveu-se, em parte, pela industrialização,

pois os produtos básicos passaram a ser adquiridos nos mercados. Esse fato deu lugar a uma crescente busca financeira por parte das mulheres. Concomitante a isso, sobrevieram possibilidades de capacitação profissional e uma abertura para o trabalho remunerado feminino. A realização profissional e a independência econômica atraíram também mulheres da burguesia que desejavam acesso pleno à educação intelectual, direito de voto e de elegibilidade. Entendemos assim, que este grupo de mulheres não representava a totalidade de mulheres brasileiras, pois muitas já atuavam como trabalhadoras há muito tempo, principalmente aquelas pertencentes a classes menos favorecidas. Mas, o nosso estudo identificou que as mulheres que estávamos investigando possuíam características mais elitizadas, mais identificadas com os anseios das mulheres pertencentes à burguesia, naquele momento. Portanto, tais mulheres faziam parte desse grupo com aspirações mais ligadas aos direitos políticos e à educação formal, como mencionou Soihet (2013).

Mas a busca por estudos das mulheres na esfera pública no final do século XIX ou início do XX, não é uma tarefa fácil, pois a documentação é demasiado escassa. Por aparecerem menos e se falarem pouco sobre mulheres é que surge o “silêncio das fontes”, ou seja, havia e ainda há, uma grande dificuldade em encontrar referências, registros escritos ou não, sobre a vida de algumas mulheres em específico, para uma construção mais completa e justa da história. Uma história que contemplasse na produção intelectual, todos os indivíduos, todas as pessoas e não somente os homens. Até um passado próximo, infelizmente, era como se elas fossem invisíveis, principalmente na historiografia. Afinal,

É claro que falam das mulheres, mas generalizando: “As mulheres são...”, “A mulher é...”, A prolixidade do discurso sobre as mulheres contrasta com a ausência de informações precisas e circunstanciadas. O mesmo ocorre com as imagens. Produzidas pelos homens, elas nos dizem mais sobre os sonhos ou medos dos artistas do que sobre as mulheres reais. As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas. Eis aí outra razão para o silêncio e a obscuridade: a dissimetria sexual das fontes, variável e desigual segundo as épocas. (PERROT, 2019, p. 17)

O que Perrot (2019) quer nos dizer é que as mulheres eram citadas sempre de forma generalizada, idealizadas e muito pouco ou quase nada as descreviam ou se contavam sobre elas. Nas fontes permanece uma dissimetria e uma desigualdade, segundo as épocas que foram produzidas. Ao refletir sobre essa citação da historiadora, podemos compreender através da ciência as transformações pelas quais as sociedades assimilam e dão continuidade aos modelos atribuídos a homens e mulheres. Então, a partir dessa constatação feita por Perrot (2019), entendemos a importância dos nomes que apareceram em nossas fontes e da possibilidade de conhecer um pouco sobre essas mulheres.

De fato, a universalização do sujeito “homem” como sinônimo de humanidade escondia e esconde as mulheres em uma explícita hierarquia entre os

sexos. Este³ sujeito histórico mencionado na literatura, era sempre o universal, com base no masculino. Trata-se, portanto, de uma relação de poder generificada que se apresenta na possibilidade de registros sobre as vidas de homens e mulheres de forma diferenciada e hierarquizada.

Portanto, gênero se apresenta como uma categoria fundamental para compreensão da pouca presença das mulheres nas fontes documentais e, principalmente quando estas dizem respeito à participação no espaço público no passado histórico. As mulheres de elites que circulavam pela Câmara Municipal ou espaços e eventos por ela organizados, estavam envoltas nas relações de gênero e, por isso, trata-se da história de mulheres de elites e relações de gênero.

Dessa forma, questionamos sobre quais eram os modelos exercidos por essas mulheres das primeiras décadas do XX, como elas eram vistas, como se caracterizavam principalmente as mulheres de elite, em que espaços públicos se faziam presentes e como podemos nos referir a este grupo denominado mulheres em temas de pesquisa. Segundo Raquel Soihet (2011), os campos do saber que chamamos de história das mulheres e estudos de gênero podem ser pensados como complementares um do outro. Assim, faz-se necessário entendermos que essas questões ainda estão sendo discutidas nos estudos acadêmicos que envolvem esses campos.

Deste modo, como nos diz Joan Scott (1995), precisamos pensar sobre este campo da História das Mulheres, como um estudo dinâmico na política da produção do conhecimento. A autora propôs o termo gênero como uma categoria útil para a análise histórica, segundo ela, esse termo foi utilizado pelas feministas dos Estados Unidos para refutar o discurso das desigualdades entre homens e mulheres, justificadas pelas diferenças biológicas. Pois a palavra gênero “indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” (SCOTT, 1995, p. 72). Assim, o determinismo biológico é desconstruído e a autora aponta que as relações de gênero são construções sociais.

A história das mulheres passou por uma trajetória significativa. Segundo Scott, os estudos que envolvem mulheres e não somente elas, ampliou-se e, portanto, as “Feministas começaram a utilizar a palavra ‘gênero’ mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos.” (SCOTT, 1995, p. 72). Assim, nesse artigo, utilizamos gênero como categoria de análise historiográfica.

Concordamos com Joan Scott, quando ela diz que devemos abrir a possibilidade de inclusão de diferentes formas de “masculinidades” e “feminilidades”. Deveriam ser considerados posições do sujeito. Uma nova história, pela perspectiva de gênero, permitiria uma ampliação das noções tradicionais entre

³ Até hoje, é muito comum na nossa fala ou na escrita, quando nos referimos a um grupo de pessoas, mesmo sendo em sua grande maioria mulheres, mas tendo apenas um homem presente, usamos o termo plural no masculino. O que as pessoas dos movimentos feministas estavam questionando era justamente que o universal, em nossa sociedade, é masculino, e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. Assim, o que o movimento reivindicava o fazia em nome da “Mulher”, e não do “Homem”, mostrando que o “homem universal” não incluía as questões que eram específicas da “mulher”. (PEDRO, 2005, p. 80)

homens e mulheres (SCOTT, 1995). Outras questões também como as de classe e de raça poderiam ser discutidas além do gênero. Assim, o gênero deveria ser reestruturado “em conjunção com uma visão de igualdade política e social que incluía não somente o sexo, mas também a classe e a raça” (SCOTT, 1995, p. 93).

Sob a percepção dessas teorias, prosseguimos com nossa pesquisa sobre as mulheres que assinaram as Atas. Como mencionamos no início deste artigo, essas mulheres não faziam parte da maioria, mas eram um grupo com características próprias, eram mulheres de elite, possivelmente muitas delas eram brancas.

As mulheres do final do século XIX, retratadas por June E. Hahner (2013) e que se diferenciavam de outras pela educação, pelo comportamento, pela posição social e principalmente pelo poder financeiro, foram classificadas como “mulheres de elite”. Segundo ela,

As mulheres da elite faziam parte de um pequeno segmento da população brasileira do século XIX diferenciado da grande maioria das pessoas por conta de sua condição econômica privilegiada e por sua “raça” (a chamada “raça branca”, considerada superior às demais). Como em qualquer outro lugar do mundo Ocidental à época, essas mulheres viviam em estruturas culturais, sociais e econômicas majoritariamente criadas por homens e para favorecê-los, já que baseadas em ideias de superioridade masculina e de subordinação feminina. Fossem elas esposas ou filhas de membros de alto escalão do governo imperial, de homens de negócios, fazendeiros, mercadores, banqueiros ou de donos de fábricas (mais no final do século) - membros das famílias que controlavam a riqueza nacional -, seu status era derivado de suas famílias e não de si mesmas (HAHNER, 2013, p. 23).

Assim, a historiadora June E. Hahner nos mostra como seriam as mulheres de elite, que viveram no final do século XIX e possivelmente no início do século XX. Compreendemos nesta fala de Hahner, que elas diferenciavam-se das mulheres de outras classes, entre alguns fatores mais e outros menos evidentes, principalmente pelo poder econômico que detinham. Não podemos comparar alguns comportamentos e atitudes de mulheres de forma generalizada. As mulheres de elite, porém, possuíam algumas características próprias. A “raça” branca, como a própria autora menciona, era considerada como um destaque neste período. Estas mulheres que pertenciam ao mundo ocidental do século XIX, viviam em sociedades educadas para aceitar a superioridade masculina e a subordinação feminina. Elas podiam ser as esposas, ou as filhas de homens de grande posição social, econômica ou política, homens de negócios, fazendeiros, membros de famílias abastadas que detinham nas mãos uma grande riqueza, ainda assim, não possuíam valor próprio reconhecido, somente por elas mesmas, sua atuação social era devido a sua posição social e a família a que pertencia.

São Mateus do Sul, as mulheres e o espaço público

Em São Mateus do Sul, no início do século XX, o município havia há poucos anos adquirido sua emancipação política⁴. Pesquisando no primeiro livro de Atas da câmara percebemos que em alguns eventos sociais, como inauguração de retratos, comemoração de datas cívicas, inaugurações municipais, algumas mulheres compareceram e assinaram seus nomes. Esse fato nos instigou a pesquisar com mais profundidade. Afinal, quem eram estas mulheres que assinaram seus nomes nas Atas? Foi um dos questionamentos que surgiu no princípio da pesquisa. Percebemos que estas mulheres presentes nas sessões da câmara poderiam ser de um grupo mais elitizado, o que se confirmou através da pesquisa. Pela relação entre os sobrenomes das mulheres e homens que assinaram Atas surgiu um indício de que poderiam ser integrantes da família de representantes políticos locais, como vereadores e prefeitos.

Contextualizando a população que compunha aquele local, do final do século XIX, entendemos que se tratava de um pequeno povoado, que originou mais tarde São Mateus do Sul, sendo formada principalmente por nacionais e alguns alemães. Em 1890, iniciou-se naquele lugar uma colônia. No início, essa colônia recebeu alguns nomes como Porto Santa Maria e Colônia Maria Augusta, os quais permaneceram por pouco tempo e logo retomou o nome São Mateus⁵, que tinha primeiramente, conservando-se o nome tradicional da localidade. Segue a genealogia do município.

São Mateus do Sul originou-se em 02 de abril de 1908 - instalado em 21 de setembro do mesmo ano de São João do Triunfo, que em 8 de janeiro de 1890 emancipou-se de Palmeira. Esta desmembrou-se em 03 de maio de 1869 de Ponta Grossa, que originou-se em 07 de abril de 1855 de Castro, emancipado em 24 de setembro de 1788 de Curitiba, que em 29 de março de 1693 desmembrou-se de Paranaguá, este criado por carta Régia em 29 de julho de 1648. (FARAH, 2012, p. 10)

O Município então teve um período de grande atividade comercial com a navegação a vapor, principalmente pelo rio Iguazu. Encontrou na erva-mate, na madeira e no xisto, riquezas naturais, forte impulso para seu desenvolvimento econômico até os dias de hoje. Os braços imigrantes, principalmente de poloneses, somaram forças e adaptaram-se à economia e a culturas locais. Estes fatores fazem parte da história do município desde os primeiros tempos.

O rio era utilizado em pequenas navegações para o transporte de sal. Em 1850 o fazendeiro Amazonas de Araújo Marcondes foi ao Rio de Janeiro, onde conseguiu uma licença para explorar a navegação no rio Iguazu comercialmente. No Rio de Janeiro comprou um vapor e desceu com ele pelo mar até Morretes onde foi desmontado e subiu a serra em onze carroções até a cidade de Porto Amazonas, onde o rio se torna navegável. Em 1882 é lançado às águas o primeiro vapor, chamado de O Cruzeiro. A navegação era feita entre as cidades de Porto Vitória a Porto Amazonas. (NADOLNY, 2014, p. 27)

⁴ A Emancipação política de São Mateus do Sul ocorreu em 21 de setembro de 1908. Disponível para consulta no Livro Ata n. 1. P.1. Acervo Paço Municipal

⁵ Em 1943, pela Lei estadual passou a se chamar São Mateus do Sul.

A movimentação da região aumentou com o tráfego de vapores pelos rios Iguaçu e seus afluentes. Com a melhoria nos transportes e na comunicação, por conta dessa forma de navegação, a cidade de São Mateus do Sul transformou-se em vários aspectos, econômicos, sociais e urbanos. Esse fato contribuiu para a chegada de elementos da “modernidade”, características das cidades maiores que chegavam no município, agora também pelos vapores. Nesse sentido, entendemos que “modernidade” refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 2013, p. 8). Com essas transformações que foram surgindo, com costumes de vida e de organizações, como citou Giddens (2013), ocorreu também a emancipação política do município que se deu em 21 de setembro de 1908, com o surgimento da primeira câmara municipal, localizada às margens do rio Iguaçu, próximo ao antigo porto fluvial, onde a cidade começou a expandir-se. Possivelmente como resultado do processo de uma organização social.

Quando nos referimos a um certo grupo de pessoas que participaram de eventos na Câmara de São Mateus do Sul, entendemos que essas pessoas faziam parte de uma elite política. As mulheres então, que se fizeram presentes, não faziam parte da maioria das mulheres são-mateuenses, e eram possivelmente um pequeno grupo, ligado ao poder econômico e político local, por laços de família. Foram 77 assinaturas de mulheres que investigamos em oito Atas da Câmara⁶. Portanto, foi necessário buscar o respaldo teórico e metodológico para o andamento da pesquisa, relacionado com o nosso objeto de estudo.

O lugar das mulheres.... os eventos permitidos

Quando nos referimos a uma elite que participou de eventos na Câmara de São Mateus, entendemos que as mulheres presentes eram de um grupo diferenciado e faziam parte do grupo caracterizado por June Hahner (2013), como sendo um grupo de mulheres elitizadas. Reunimos todos os 77 nomes de mulheres que encontramos nestas Atas e fizemos um breve relato do conteúdo principal de cada sessão em que elas estiveram presentes, com seus nomes, de acordo como estavam escritos nas Atas.

No primeiro livro, encontramos a Ata de 1911, que discorre sobre a inauguração do retrato de Generoso Marques dos Santos, redigida pelo secretário da Câmara José Casemiro Domanski, com a presença de autoridades e convidados, no dia 14 de julho de 1911. Pela primeira vez é mencionado o nome de uma mulher no livro de Ata da C. M. de São Mateus do Sul. Ela é a professora Isaura Torres da Cruz. O secretário também se utiliza das palavras “professora” e “alunas”, “senhoras” e “senhoritas” (pois nestes últimos termos, há uma distinção entre mulheres casadas e solteiras). Não é utilizado aqui o termo universal “professores e alunos”, por exemplo. Também não temos informações se existiam turmas só para alunas, o que justificaria a linguagem, porém os termos no feminino, destacaram-se para nós.

⁶ Seguem as respectivas datas das Atas na ordem que aparecem: Primeiro livro: 14/07/1911, 24/02/1913, 19/12/1917. Segundo livro: 07/09/1922, 12/10/1922, 15/04/1923, 14/07/1927, 23/05/1932.

O objetivo da sessão é a inauguração do retrato de Generoso Marques dos Santos (1844-1928). Generoso Marques dos Santos, liderança política importante no cenário paranaense, na época, senador. O senador esteve presente três anos antes, na emancipação política do município, quando ocupou o cargo de vice-presidente do estado, inclusive, assinando a Ata desse acontecimento. Percebemos que havia uma conotação política nessa inauguração do retrato desse representante político da história do Paraná.

Foram 28 homens e 19 mulheres que assinaram a Ata. Isaura Terres Cruz é a primeira das mulheres a assinar seu nome. Colocamos seus nomes na ordem em que apareceram. Algumas, assinaram mais de uma Ata. Na Ata de 1911, foram as seguintes mulheres: Izaura Terrez Cruz, Hermínia Wolff do Amaral, Silvina do Amaral Wolff, Amália Cunha do Nascimento, Lavínia de Abreu Wolff, Margarida Roskamp, Margarida Baumgarten, Jadviga Stencel, Suzana Domasnki, Elvira Wolff do Amaral, Edmêe Abreu Santos do Nascimento, Maria J. Newmann, Maria Augusta S. Vidal, Jovina Vidal da Cruz, Idalina Cordeiro, Amélia de Souza, Rosalina Flizikowski, Leonor de Paula Leal, Olivina Wolff do Amaral.

Quando foi inaugurado o retrato do primeiro prefeito, Ewaldo Gaensly, em 1913, foram essas assinaturas que apareceram na Ata⁷: Otília Arantes Carneiro, Anni Burmester, Emília Gaensly Tomaszck, Emília Baumgarten, Else Niepa, Elisa Giublin, Helena Gaensly, Neblina Gaensly, Rosine Prohmann, Maria Joaquina Prohmann, Florisbela Bueno Prohmann, Jenny Stande. Novamente um evento homenageando um representante político local.

Na Ata de 1917⁸, que continha assinaturas femininas e que fizeram parte do primeiro livro de Atas, temos o nome de 11 mulheres: Luize Gomes Berthies, Elisa Giublin, Julieta Wolff Mendes, Carolina de Abreu Santos, Valeria Aron, Maria Aron, Salomé Aron, Sinhá Ferreira, Ernestina Breithanpt, Elmira Giublin, Esther Palhares. Essa Ata foi redigida pelo secretário João Casemiro Domanski, o mesmo relata que a finalidade principal daquela solenidade que acontecia na Câmara Municipal era a de inaugurar o retrato de Candido Ferreira de Abreu (1856-1918), senador e liderança política no Paraná.

No ano de 1922, aconteceram dois eventos em que elas compareceram e assinaram Atas. A comemoração do centenário da independência do Brasil⁹ que já se encontra no segundo livro, com as seguintes assinaturas: Emília da Silva Guimarães, Mathilde Vaz da Silva, Mercedes Vaz da Silva, Aline Cunha Niclewicz, Dolores Prohmann, Cecília M. Prohmann e a inauguração do prédio da câmara e fórum municipais. No dia da inauguração do prédio da Câmara e Fórum¹⁰, em outubro de 1922, reuniram-se muitas pessoas, o número de assinaturas de mulheres foi bem expressivo, sendo 17 no total: Mary Stencel, Elza Wolff, Maria Julia Carrilho, Noemia

⁷ Fonte. Ata p. 82. 24 de fevereiro de 1913 - Sessão solene para inauguração do retrato de Ewaldo Gaensly. Disponível no acervo do Paço Municipal de São Mateus do Sul.

⁸ Fonte: Ata p. 154 de 19 de dezembro de 1917. Inauguração do retrato de Cândido Ferreira de Abreu. Disponível no acervo do Paço Municipal de São Mateus do Sul.

⁹ Fonte: Ata p. 28- 07 de setembro de 1922-Sessão solene do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Disponível no acervo do Paço Municipal de São Mateus do Sul.

¹⁰ Fonte: Ata. p. 29-12 de outubro de 1922. Ata da sessão solene da inauguração do Prédio da Municipalidade, Câmara e Fórum. Disponível no acervo do Paço Municipal de São Mateus do Sul.

Vidal de Paula, Maria da L. Bueno, Eugenia Ribas Prohmann, Magdalena Cordeiro, Helia Correia, Avila P. Costa, Ottília Coimbra, Frida Prohmann de Paula, Ermelina Faria de Brito, Maria D. Brito, Zulmira Vidal, Laura Vidal, Leonor Hultmann, Donatila Batista Tavares.

Em 1923¹¹, foi inaugurado o retrato de Afonso Alves de Camargo. Na Ata de inauguração, o presidente da Câmara era Luiz dos Santos Lima. Estavam presentes os vereadores, prefeito, juiz de direito da comarca, promotor público, tabelião de notas, coletores federais e estaduais, professores e um certo número de pessoas. O objetivo da sessão era a inauguração do retrato do senador da república, naquela data, Afonso Alves de Camargo (1873-1959). Foram estas mulheres que assinaram: Emma Prohmann da Silva, Ignez Prohmann Ribeiro, Ignez Roderjan, Elisa Mäder, Juniniana Moreira, Dolores M. Prohmann, Izaura de Paula e Silva.

Belkiss Cordeiro Ferraz foi a única mulher que assinou a Ata de 1927¹². Essa Ata da sessão solene foi para inauguração do retrato de Caetano Munhoz da Rocha. Em 1928, um pouco depois dessa inauguração do seu retrato, Caetano Munhoz da Rocha (1879-1944), elegeu-se senador. Talvez até já estivesse em campanha política. Estavam presentes na sala de sessões da Câmara os vereadores, o presidente da Câmara David de Paula e Silva, o juiz de direito da comarca Altino de Abreu, o delegado de polícia Euzébio Carvalho de Oliveira, o prefeito João Gabriel Martins (gestão 1924-1928), o vigário da paróquia Padre Francisco, funcionários estaduais, federais, secretário de justiça e diretora do Grupo Escolar, Belkiss Ferraz e demais convidados. Somente uma mulher assinou a Ata nesse dia, ela é Belkiss Cordeiro Ferraz e é mencionada no texto da Ata como diretora do Grupo Escolar. Essa é a segunda vez que uma inauguração de retrato acontece no dia 14 de julho. Sobre Belkiss, ela é mencionada na Ata como diretora do Grupo Escolar, em uma Ata anterior, datada em 07 de setembro de 1922, ela assinou somente Belkiss Cordeiro. Presumimos que ainda era solteira naquela ocasião.

Nesta data, 1932¹³, Getúlio Vargas era o presidente do Brasil. Foi a última¹⁴ Ata que apareceram nomes de mulheres no segundo livro de A.C. M. de S. M. do Sul, que finalizou no ano de 1935. Odette Siqueira Gomes, Onahir Portes, Laurilvina Valente, Joaquina Abreu Vianna. Coincidência ou não, foi a última data que elas assinaram antes de as mulheres terem direito ao voto. Embora o voto feminino tenha sido permitido pelo Código Eleitoral de 1932, ele era facultativo. A universalização do voto veio, apenas, em 1965, com o Código instituído pela Lei nº

¹¹ Fonte: Ata p.47-15 de abril de 1923 - Ata da sessão solene para inauguração do retrato de Afonso Alves de Camargo. Disponível no acervo do Paço Municipal de São Mateus do Sul.

¹² Fonte: Ata p. 116-14 de julho de 1927 - Ata da sessão solene para inauguração do retrato de Caetano Munhoz da Rocha. Disponível no acervo do Paço Municipal de São Mateus do Sul.

¹³ Em 1932, o Brasil finalmente ganhou um novo Código Eleitoral. Com o Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, estabeleceu-se no país o voto secreto e o voto feminino. Com isso, o Brasil tornou-se o segundo país da América Latina (depois do Equador) a estender às mulheres o direito de voto; nisso também foi pioneiro com relação a países da Europa dos, em outros aspectos, como mais desenvolvidos, como França e Itália. (SOIHET, 2013, p. 109)

¹⁴ Fonte: Ata p. 182-23 de maio de 1932 - Sessão pública para posse do novo prefeito Bernardo Amaral Wolff, nomeado pelo Interventor Federal Manoel Ribas. Disponível no acervo do Paço Municipal de São Mateus do Sul.

4.737/1965. Foi retirada a voluntariedade e tornou-se obrigatório equiparado ao dos homens.

Os laços de parentesco, quando o privado e público se encontram

Após entendermos do que se tratava o conteúdo das Atas, fomos então buscar no decorrer da pesquisa, uma investigação nas famílias destes homens públicos para averiguar qual era o parentesco de algumas destas mulheres, com os representantes do poder público. Eram esposas? Eram filhas? Com o decorrer do tempo, foram se confirmando aquilo que no início era apenas uma suposição. Foram utilizadas como fontes complementares alguns documentos como notas biográficas de prefeitos locais, convites de casamento, documentos de compra e venda de terrenos, cartas, entre outros. Os depoimentos de pessoas que conheceram algumas dessas mulheres e que foram utilizados na pesquisa, foram de grande relevância, pois complementaram e enriqueceram as informações e, assim, entre outras fontes, comprovaram ser algumas delas pertencentes às famílias de vereadores, prefeitos, fazendeiros, entre outros, que se destacavam no poder local, ou seja, eram mulheres de elite. No museu público municipal Casa da Memória Padre Bauer, foi encontrado maior número de informações sobre as pessoas que frequentaram e participaram de ações na câmara municipal entre os anos de 1911 e 1932, período em que as mulheres assinaram as mencionadas Atas.

Outros questionamentos de como se organizavam e se participavam de algum tipo de associação em espaços públicos, também foram o foco da investigação histórica juntamente com a relação familiar e com o poder local. Entendemos que a construção social de gênero no passado, serviu para justificar desigualdades e para desconstruir esses modelos. Tornou-se importante analisarmos qual era o tipo de espaço que elas apareceram, entendendo a Câmara Municipal como um espaço público onde recorreremos às contribuições de Sofia Aboim.

Segundo Sofia Aboim (2012), “Em primeiro lugar, o feminismo contribuiu largamente para desconstruir visões do público e do privado como esferas neutras. Pelo contrário, mostrou que é nessa relação que as desigualdades de gênero são produzidas” (ABOIM, 2012, p. 12). No decorrer deste tema, abordado por Aboim (2012), o espaço privado era um espaço de desigualdade. Essa crítica elaborada pelos movimentos feministas, segundo essa autora, foi efetiva ao evidenciar nos debates contemporâneos as desigualdades de gênero. As mulheres investigadas em nossa pesquisa, participavam do espaço privado, mas também do espaço público, como foi verificado através das nossas fontes.

Os ideais de família, e da intimidade nela vivida, como refúgio contra a esfera pública são também negados, pois é muitas vezes na esfera privada que são vividas algumas duras formas de opressão. Desde logo, a associação do feminino ao privado e do masculino ao público é vista como uma fonte de desigualdade e injustiça. Desigualdade, aliás, que só pode ser combatida pela intrusão do político, do público, na esfera privada, tomando como unidade o indivíduo, e não o coletivo, como aliás tem sido notado pelos teóricos da individualização. (ABOIM, 2012, p. 107)

Entendemos assim, segundo esta autora, que esta visão do feminismo, associado ao privado relacionado à segurança e proteção e do masculino ao público é desigual e injusta. Na esfera privada podem ser evidenciadas muitas formas de opressão, por exemplo. A esfera privada também não deve ser vista como refúgio da esfera pública.

Tabela 1 - Nomes das 77 mulheres que assinaram as Atas da Câmara Municipal de São Mateus entre os anos 1911 e 1932

Amália Cunha do Nascimento	Florisbela Bueno Prohmann	Maria J. Prohmann
Amélia de Souza	Frida Prohmann de Paula	Maria da L. Bueno
Anni Burmester	Helena Gaensly	Maria Julia Newman
Aline Cunha Niclewicz	Helia Correia	Maria Julia Carrilho
Avila P. Costa	Hermínia Wolff do Amaral	Margarida Baugarten
Alvina P. Maciel	Idalina Cordeiro	Margarida Roskamp
Belkiss Cordeiro	Izaura de Paula e Silva	Magdalena Cordeiro
Carolina de Abreu Santos	Izaura Terres Cruz	Mary Stencil
Cecília M. Prohmann	Ignez Promann Ribeiro	Mathilde Vaz da Silva
Dolores Prohmann	Ignez Roderjan	Mercedes Vaz da Silva
Donatilla Baptista Tavares	Jadviga Stencil	Neblina Gaensly
Elza Wolff	Jenny Stande	Noemia Vidal de Paula
Emília Gaensly Tomaszczk	Juniana Moreira	Odette Siqueira Gomes
Emília Baumgarten	Joaquina Abreu Vianna	Olivina Wolff do Amaral
Emília da Silva Guimarães	Jovina Vidal da Cruz	Onahyr Portes
Ernestina Breithanpt	Julieta Wolff Mendes	Otília Arantes Carneiro
Elmira Guiublin	Laura Vidal	Otília Coimbra
Ermelina Faria de Brito	Laurilvina Valente	Roselinia Flizikowski
Eugenia Ribas Prohmann	Lavínia de Abreu Wolff	Rosine Prohmann
Emma Prohmann da Silva	Leonor de Paula Leal	Salomé Aron
Esther Palhares	Leomar Hultmann	Silvina do Amaral Wolff
Elisa Guiublin	Louise Gsmes Berthies	Sinhá Ferreira
Elisa Mäder	Magdalena Cordeiro	Susana Domanski
Edmêe Santos Nascimento	Maria Augusta S. Vidal	Valéria Aron
Else Niepa	Maria Aron	Zulmira Vidal
Elvira Wolff do Amaral	Maria D. Brito	

Fonte: Atas da Câmara Municipal

Desse modo, à luz dessas teorias que indicam o apagamento dos nomes de mulheres das fontes e a necessidade de trazer a público estes registros, apresentamos uma tabela com os nomes das 77 mulheres que assinaram as Atas da Câmara Municipal de São Mateus no período estudado. Entendemos que essas informações podem servir para estudos posteriores da participação de mulheres em espaços públicos.

Pesquisando sobre essas 77 mulheres, encontramos informações diversas sobre elas. Vamos relatar algumas. Por exemplo, Belkiss Cordeiro, foi diretora do Grupo Escolar São Mateus, em 1927. Lavínia de Abreu Wolff e Helena Gaensly, foram professoras nessa mesma escola em datas desconhecidas. Lavínia foi compositora e pianista. Carolina foi professora de piano na casa dos seus pais. Dados sobre escolaridade de mulheres nesse período são escassos. Tivemos acesso a alguns desses dados que sobreviveram ao tempo e foram preservados, como por exemplo,

sobre algumas alunas do Instituto Imaculada Conceição, dirigido pelas religiosas Vicentinas, entre os anos de 1915 a 1917, que foram as seguintes estudantes: Aline, Mercedes, Matilde, Emília e Ernestina. Uma aluna que se destacou na Escola Alemã, em 1906, foi Olivina Wolff do Amaral que recebeu um prêmio, um Atlas em idioma alemão, com dedicatória para a menina, por mérito escolar, redigida pelo seu professor.

No meio político, algumas destas mulheres que assinaram as Atas foram filhas, esposas, mães, com laços de parentesco e familiar desses representantes políticos são-mateuenses. As esposas de prefeitos que constam em fontes pesquisadas foram: Amália, Emma, Aline e Mathilde. Edmee e Mercedes foram esposas de vereador. Izaura de Paula e Silva foi filha do presidente da Câmara em 1922, a irmã de Izaura, chamada Marica, correspondia-se com amigas, através de cartas e postais, em 1912, evidenciando esse hábito de escrever que existia entre algumas mulheres desta família. As filhas de prefeito foram Matilde, Mercedes e Emília através de notas biográficas de prefeitos. Essas mulheres que faziam parte da elite são-mateuense e frequentaram os espaços públicos como salões, festas municipais e religiosas, também frequentaram o espaço público e político da Câmara Municipal o qual se destacou para nós. Vamos evidenciar a história de parte da vida de uma delas, sobre Aline Niclewicz Amaral.

Aline e sua história narrada

Dentre as 77 mulheres, quatro se destacaram nas fontes pesquisadas e, assim, pudemos nos aprofundar na história de vida delas. Aline, Carolina, Lavínia e Mercedes. Para este artigo iremos nos deter na história de Aline.

Buscando conhecer mais sobre as 77 mulheres que assinaram as Atas, nos amparamos na contribuição da História Oral e seu arcabouço metodológico para a realização de entrevistas. Partindo da premissa sobre a importância da memória em relatos orais, adentramos no campo da história oral e também nas referências do historiador Alessandro Portelli (2015), que ao discorrer sobre história oral, o mesmo afirma que ela pode ser vista como uma relação dialógica, ou seja, uma relação onde um escuta o outro, pesquisador e entrevistado.

A história oral, então, é primordialmente uma arte da escuta. Mesmo quando o diálogo permanece dentro da agenda original, os historiadores nem sempre estão cientes de que certas perguntas precisam ser feitas. É comum, aliás, que a informação mais importante se encontre para além daquilo que tanto o historiador quanto o narrador consideram historicamente relevantes. (PORTELLI, 2016, p. 10)

Percebemos durante as entrevistas, como evidenciou Portelli (2016), que é no proferir de uma fala que não está diretamente ligada às questões pensadas pelo historiador ou pelo entrevistado, que algumas informações mais significativas emergem. É muito difícil manter-se num diálogo onde focamos somente nos fatos que pensamos ser o conteúdo principal da entrevista, realmente ficamos somente naquelas questões. Também não é possível ter uma previsão de tudo do que vai ser falado durante a entrevista.

Sobre a memória ser um fenômeno coletivo, entendemos através das palavras de Pollak (1992), que uma pessoa nunca se recorda sozinha, pois estará sempre dentro de uma ordem coletiva de que faz parte. Essa questão nos fez pensar sobre o peso que a história das mulheres tem nos processos de construção da memória, pois estamos investigando parte da história da vida de quatro mulheres. As memórias individuais não são repetidas, são únicas e se utilizam de códigos culturais que podem ser compartilhados. As fontes escritas também foram importantes, pois apresentaram o nome das quatro mulheres em outra documentação diferente daquelas das assinaturas nas Atas. Com o avançar dessa busca, o nome delas foi ficando cada vez mais conhecido por nós, o que possibilitou chegarmos nesta etapa.

Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. Por exemplo, no caso da França, não é preciso ter vivido na época do general De Gaulle para senti-lo como um contemporâneo (POLLAK, 1992, p. 2)

Entendemos assim, segundo Pollak (1992), que as memórias individuais são únicas e não podem ser repetidas, mas apesar disso, a construção de lembranças se utiliza de elementos culturais que são comuns. Dessa forma, uma pessoa nunca se recorda sozinha, pois estará sempre dentro de um certo grupo que contém esta memória. Em uma obra clássica como a de Maurice Halbwachs (2006), que trata dos processos de construção da memória coletiva, Halbwachs (2006), afirma que as memórias estão sempre marcadas socialmente.

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. (HALBWACHS, 2006, p. 39)

Dessa forma, percebemos na fala do sociólogo Maurice Halbwachs, que é necessário que as memórias das pessoas estejam relacionadas ao grupo e que exista uma certa afinidade de ideias para ser reconstruída em uma base comum. Assim, essas memórias podem ser melhor aproveitadas se fizerem parte do mesmo grupo. Prosseguimos com a pesquisa através da história oral e fomos buscar ouvir as memórias sobre Aline Niclewicz Amaral. As pessoas que nos deram seus depoimentos

sobre Aline, estão identificadas neste artigo com pseudônimos. Assim, Violeta (2023)¹⁵ e Margarida (2023),¹⁶ contaram-nos um pouco sobre Aline.

Em São Mateus do Sul, no dia 03 de novembro de 1948, foi criada a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Luciano Stencel. Essa associação teve como sua primeira presidente e vice-presidente, respectivamente, as seguintes pessoas: Aline Niclewicz Amaral e Mercedes da Silva Portes. Em documento de certidão¹⁷ encontramos a seguinte redação: “[...] uma sociedade destinada a velar pela saúde e bem estar e prover as necessidades das crianças e das parturientes, fundando e mantendo os estabelecimentos que para isso se fizerem mister como preceituam a Constituição Federal e leis posteriores”. Ou seja, o objetivo da associação era proporcionar a saúde e o bem-estar das mulheres e crianças em algumas das fases da vida delas, baseando-se nas Leis.

Através desta fonte sobre a associação tomamos conhecimento então que Aline foi sua primeira presidente. Na continuidade das entrevistas procuramos informações sobre Aline. Sobre ela, conversamos com Violeta (2023), que durante a entrevista, lembrou com nostalgia sobre o tempo que viveu em São Mateus do Sul - Pr. Falou que a cidade era muito alegre e muito festiva. Ela lembra com saudades desses eventos. Relatou que Aline costurava muito bem, foi ela quem fez a maior parte das roupas de Violeta (2023), principalmente as de festa. “Cada baile um vestido novo, cada festa uma roupa nova...” (VIOLETA, 2023). Aline também fazia fantasias para si própria e para a família quando participavam dos bailes de carnaval. Ela participava dos bailes com a família. O esposo de Aline, Durval Wolff do Amaral, foi presidente de um dos clubes tradicionais da cidade, o Sãomateuense. Entendemos durante a pesquisa, que as duas famílias, a de Aline e a de Mercedes, eram realmente muito próximas. É possível perceber então, que essas mulheres que faziam parte da elite são-mateuense, não ficaram restritas apenas ao espaço privado. Mas então, de qual forma participavam dos espaços públicos?

Sobre a participação das mulheres em clubes e salões encontramos no trabalho da historiadora Etelvina Maria da Costa Trindade a seguinte citação.

Dentre todos os espaços públicos que se abrem então à mulher, um existe que em determinados momentos, se ajusta sobremaneira a vivência feminina: é o espaço dos salões. Nos salões as atividades normais se deslocam ou se invertem os costumes e rituais introduzem um ambiente favorável ao eclodir dos desejos e das fantasias. (TRINDADE, 1996, p. 240)

Conforme Trindade (1996), existe um espaço público que mais se ajeita em determinados momentos à maneira de viver das mulheres, que é o espaço dos salões. Entendemos desse modo, que uma certa liberdade era alcançada nesses eventos sociais como os que aconteciam em bailes e festas, que acabavam por propiciar um ambiente favorável às manifestações de fantasias e desejos, onde as atividades do cotidiano se alteravam. Margarida (2023) mencionou durante a

¹⁵ Entrevista concedida em abril de 2023.

¹⁶ Entrevista realizada em abril de 2023.

¹⁷ Fonte: Certidão de cartório nº 315 - Acervo C.M.P.B

entrevista que, na última noite dos bailes de carnaval, era tradição o bloco dos homens vestir-se de mulher. Percebemos que nessa narrativa de Margarida (2023), o ambiente era favorável às fantasias, como estas da troca de papéis de gênero, através do vestuário. Margarida (2023) e Violeta (2023), ambas, relataram que estes momentos foram muito divertidos. Violeta (2023) também relatou sobre os bailes de carnaval, quando a entrevistamos, e mencionou sobre as fantasias. Mas, além de participarem dos espaços públicos dos salões, em festas e bailes, elas também participavam de outros espaços públicos como a câmara municipal da cidade.

Para sabermos um pouco mais sobre Aline, que participava desses eventos sociais, encontramos primeiramente informações em fontes escritas. Aline Cunha Niclewicz, nasceu em 02 de dezembro, de 1908, filha de João Niclewicz e Sezia da Cunha Niclewicz¹⁸ e teve dois irmãos, Haidee e Arcísio. Aline assinou duas Atas, a de 1922, na comemoração do primeiro centenário da Independência do Brasil e na inauguração do retrato de Afonso Alves de Camargo, em 1923. Em 1922, ela tinha apenas 13 anos, era uma adolescente ainda e era solteira. No concurso de beleza que houve em 1922 Aline é mencionada como uma “gentil senhorinha”, que cantaria alguns números nos intervalos da apresentação do cinema. Aline casou com Durval Wolff do Amaral, que foi prefeito de São Mateus do Sul, na gestão 1933-1936.

No depoimento de Violeta (2023), a mesma demonstrou alegria em seu relato e disse sentir-se honrada em falar sobre Aline. Ela relatou que Aline abriu mão de estudar em favor de sua irmã Haidee¹⁹, que era muito dedicada aos estudos. Quando tornou-se adulta, Aline casou com Durval. O casal Aline e Durval tiveram quatro filhos: Stael, Renato Luiz, Ezio Augusto e Maria Helena. Nos estatutos da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Mateus do Sul²⁰, com data de 10 de novembro de 1948, consta como presidente Aline Niclewicz Amaral, com estado civil de casada e sobrenome do marido. Nas fontes pesquisadas encontramos um fragmento que identifica Aline como presidente da associação, como já mencionamos anteriormente. Nesse mesmo documento, consta, entre outras informações a função do presidente da diretoria, e do vice-presidente retirada de uma parte do estatuto²¹. O Presidente é quem superintende todos os serviços da Associação, representando-a ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, autorizando as despesas e designando as pessoas ou comissões que devem compor determinados trabalhos, de acordo com as instruções expedidas pelo Departamento Estadual da Criança do Paraná. A função do vice-presidente era a de auxiliar o presidente e de substituí-lo nos seus impedimentos. Funções então que eram exercidas por Aline e Mercedes quando elas ocuparam esses cargos. Entendemos, dessa forma, que elas tinham toda a responsabilidade legal na administração da associação.

¹⁸ Notas biográficas de Aline Niclewicz Amaral. Disponível no Acervo Casa da Memória Padre Bauer, nº4178

¹⁹ A primeira Escola Normal do município, levou o nome de Haidee Carneiro, irmã de Aline.

²⁰ Fonte: Documento número 316- Estatutos da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância. Disponível no Acervo Casa da Memória Padre Bauer.

²¹ Fonte: Estatuto da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância. Certidão de cartório nº 315 - Acervo C.M.P.B

A Associação teve seu nome alterado²² em 08 de abril de 1949, para Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Luciano Stencil. Aline, então casada com Durval Wolff do Amaral, irmão de Olívio Wolff do Amaral, que também foi prefeito nos anos de 1936-1938, foi então esposa de prefeito e cunhada de prefeito em alguns anos da sua vida. Atualmente, esta instituição não existe mais. No prédio que foi construído para abrigá-la, funciona hoje o Centro Municipal de Educação Infantil Casulo, situado à rua Teodoro Toppel, região central do município.

Prosseguindo com as informações sobre Aline, encontramos nas notas biográficas de Olívio Wolff do Amaral²³ que foi prefeito no período 1935-1937, algumas obras e feitos da sua gestão. Entre essas ações de cunho social, é mencionada a promoção de um evento beneficente chamado “churrascada dos pobres”, no campo de futebol, que mais tarde foi denominado Estádio de futebol Olívio Wolff do Amaral. Aline morou ao lado deste estádio de futebol e possivelmente pode ter participado de eventos como este com atividades de filantropia. Segundo Violeta (2023), Aline também participava de algumas campanhas políticas ajudando a angariar votos para o candidato dela. Ainda de acordo com Violeta (2023), foi através de políticos que elas conseguiram a criação da associação, onde iam todos os dias. Conforme depoimento de Violeta (2023), a mesma disse que ela “era meio política, porque na época de eleições, ela cercava os conhecidos, lá tudo, para votar no candidato dela” (VIOLETA, 2023). Percebemos, através dessas fontes, que ela era uma mulher inserida na esfera pública, neste caso ainda, no debate público.

Continuando com o relato de Violeta (2023), a mesma ainda descreveu Aline como uma mulher muito ativa, muito prendada, que fazia ela mesma a maior parte dos trabalhos domésticos da sua casa, plantava sua horta e cuidava do seu pomar. Era austera ao seu modo e dava sábios conselhos. A casa de Aline era uma casa muito grande; inclusive, durante muito tempo, foi uma casa que se destacou na cidade até ser recentemente desmanchada.

Neste sentido, de como a memória permanece coletiva, nos apoiamos em Halbwachs (2006).

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p. 30)

Nesta citação do sociólogo Maurice Halbwachs, o mesmo nos fez perceber que mesmo quando estamos sós, carregamos outras pessoas conosco. Não carregamos as pessoas literalmente, fisicamente, mas tudo aquilo que em um

²² Documento nº22 - Arquivo público Casa da Memória Padre Bauer

²³ Olívio Wolff do Amaral. Documento com notas biográficas. Nº4149. Acervo Casa da Memória Padre Bauer.

momento ouvimos alguém mencionar ou um texto que alguém já escreveu, algum relato sobre aquele acontecimento, pessoas ou lugar, que depois ficará guardado em nossa memória e que pensávamos ser uma memória individual.

Entendemos, através das fontes, que Aline mostrou-se uma mulher muito ativa e que participava de algumas atividades ligadas à filantropia, através de sua ligação familiar com o poder político. Percebemos que na presidência da Associação, onde elas se revezavam, Aline ainda confeccionava enxovais para gestantes, costurando, bordando entre outros trabalhos. Pelas entrevistas, gostava de se envolver em algumas campanhas de candidatos, mesmo que talvez fossem somente em algumas do interesse da família, ou seja, participava do debate público. Segundo Violeta (2023), a Associação foi conquistada através de apoios políticos. Aline, desde jovem já se destacava por suas habilidades, como quando cantava algumas canções no clube, no intervalo do concurso de beleza de 1922, também como ótima costureira, bordadeira, cozinheira, entre outras de suas habilidades e talentos. Assim, a partir desse aprofundamento em parte da história destas mulheres, compreendemos melhor a participação delas nos eventos da Câmara e tivemos um entendimento de como algumas mulheres que faziam parte da elite local são-mateuense, participavam de alguns espaços públicos como a C. M. de S. M. do Sul e qual era um dos motivos de estarem presentes naqueles eventos e assinarem seus nomes nas Atas.

Considerações finais

Na introdução deste artigo, mencionamos o fato de termos em 2021, a eleição inédita da primeira mulher prefeita de São Mateus do Sul. Não são muitas as mulheres que ocupam estes cargos atualmente, mas considerando épocas anteriores é possível visualizar uma mudança nessa representação feminina em espaços públicos e políticos. Ainda hoje, há quem pense que as mulheres não se interessam pela política na ocupação destes cargos públicos. Mas, se observarmos com atenção, entendemos que o acesso à elegibilidade, além de ser uma condição necessária, não é suficiente para o efetivo exercício do poder político. É necessário avançar nesta demanda. Então, para compreender a dimensão histórica em que a dominação masculina se fez presente em maior número, é imprescindível conhecer a história e seus processos com destaque para a trajetória da história das mulheres e estudos de gênero.

Assim, estudos sobre a participação de mulheres em espaços públicos, assumem especial importância, principalmente, quando se trata de mulheres do início do século XX. No que diz respeito às são-mateuenses, o acesso às fontes foi realmente a parte mais difícil. No entanto, a produção da pesquisa foi ficando cada vez mais interessante à medida que fomos nos debruçando no estudo das fontes e encontrando ligações entre as mulheres pesquisadas e sua relação com o poder político local.

Sobre Aline, percebemos que ela participou com mais intensidade nos debates públicos, pois como verificamos com nossa pesquisa, ela foi esposa de prefeito, cunhada de prefeito e engajou-se na filantropia que naquele momento,

meados do século XX, envolvia ações políticas que possivelmente dependiam também do conhecimento e da ligação que ela poderia ter com representantes políticos através, da sua família, como por exemplo, na fundação da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, do município são-mateuense. Desse modo, acreditamos que suas participações em espaços públicos, como a câmara municipal, contribuíram para esses acontecimentos.

Entendemos assim, através da pesquisa, que as 77 mulheres que assinaram as oito atas investigadas eram mulheres de elite e não representavam a totalidade de mulheres de São Mateus do Sul. Mas, a participação delas na câmara em alguns eventos de cunho político, pois tratavam da inauguração de retratos para homenagear homens públicos representantes do poder político local e da região, foram significativas na ocupação desses espaços públicos que eram considerados espaços exclusivamente masculinos.

Referências bibliográficas

- ABOIM, Sofia. 2012. Universidade de Lisboa. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(1): 344, p. 95-117.
- FARAH, Audrey Lilian De Souza. 2012. **São Mateus do Sul 100 anos**. Colaboração Chico Guil. Curitiba: Arte, 2012. 248 Curitiba: Arte.
- GIDDENS, Anthony. 1991. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP.
- HAHNER, June, E. 2013. Mulheres da elite honra e distinção das famílias. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. **Nova História das mulheres no Brasil**. 1. ed., São Paulo: Contexto.
- HALBWACHS, Maurice. 2006. **A Memória Coletiva**. 2006. Editora Centauro.
- LOURENÇO, Alexandra. 2022. Gênero e Política: Conquistas e resistências na participação das mulheres na política eletiva no Brasil. In: LOURENÇO, A. GUARIZA, N. M. MOREIRA, R. (orgs.) **Gênero, espaços simbólicos e corporeidades**. 1ª edição, Curitiba: Brazil Publishing, p. 39-65.
- NADOLNY, Samantha. 2014. **A Importância Econômica Do Mate Para O Estado Do Paraná**. Monografia-Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas- Universidade Federal Do Paraná, Curitiba.
- PEDRO, Joana Maria. 2013. **Usos e abusos da categoria mulher, Mulheres e Relações de Gênero no Cone Sul**. Universidad Nacional de La Plata Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Secretaría de Posgrado Seminario.
- PEDRO, Joana Maria. 2005. Traduzindo o debate: o uso da categoria a gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98.
- PERROT, Michelle. 2019. **Minha história das mulheres**. 2ª ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto.

- POLLAK, Michael. 1992. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212.
- PORTELLI, Alessandro. 2016. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz.
- SCOTT, Joan. 1995. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: **Educação e realidade**, v. 20, n. 2. Porto Alegre, p. 72-99.
- SCOTT, Joan. 1992. História das mulheres. In: BURKE, P. **Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- SOIHET, Raquel. 2000. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 97-111.
- SOIHET, Raquel. 2013. Movimento de Mulheres. A Conquista do espaço público. PINSKY, C B.; PEDRO, J. M. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, p.106-115.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. 1999. Espaço urbano e cidadania feminina no Paraná da virada do século. **História: Questões & Debates**, Curitiba, Editora da UFPR, n. 30, p. 57-81.
-



Recebido em agosto de 2023

Aceito para publicação em novembro de 2023